



ESTUDO TÉCNICO

*Criação da Unidade de Conservação no
município de Palmeirópolis*

ESTADO DO TOCANTINS
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMEIRÓPOLIS
Secretaria Municipal De Recursos Hídricos E Meio Ambiente

**Proposta para a Criação de Unidade de Conservação:
Parque Natural Municipal de Palmeirópolis - TO**

**Elaborado pela Secretaria Municipal de Recursos Hídricos e Meio
Ambiente:**

Prefeito Municipal: Fábio Pereira Vaz

Subsecretário Municipal de Meio Ambiente: Jean Carlos S. Pereira

Analista Ambiental: Jéssica Thais Cangussú Lima (Eng. Florestal)

Palmeirópolis – TO
Junho de 2016

SÚMARIO

1. APRESENTAÇÃO	4
2. INTRODUÇÃO.....	5
3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA	6
3.1 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA REGIÃO.....	6
3.2 O MUNICÍPIO.....	9
3.3 CARACTERÍSTICAS DO MEIO FÍSICO	11
3.3.1 Características ambientais	11
3.3.1.1 Clima.....	11
3.3.1.2 Geologia e geomorfologia.....	12
3.3.1.3 Hidrologia	13
3.3.1.4 Solos	14
3.3.1.5 Uso e ocupação do Solo.....	17
3.4 CARACTERIZAÇÃO BIÓTICA.....	19
3.4.1 Flora.....	20
3.4.1.1 Caracterização da cobertura Vegetal.....	20
3.4.1.2 Flora da Unidade de Conservação.....	20
3.4.1.3 Mata de galeria	21
3.4.1.4 Cerrado stricto sensu	21
3.4.2 Fauna	22
3.5 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA.....	24
4. PROPOSTAS PARA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO.....	28
4.1 ÁREA E PROPOSTA DE LIMITE	28
4.2 O GRUPO E CATEGORIA	29
4.3 JUSTIFICATIVA	30
4.4 OBJETIVOS.....	31
5. DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO.....	33
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	34
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	35

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapa De Localização do Estado do Tocantins	8
Figura 2 – Localização Do Município Em Relação Ao Estado De Tocantins.....	9
Figura 3 – O Município E Seus Confrontantes	10
Figura 4 – Mapa Rodoviário	10
Figura 5: Mapra de solos do município de Palmeirópolis	15
Figura 6: Carta Clinográfica do município	17
Figura 7: Mapa da distribuição do solo.	18
Figura 8: Microrregiões de planejamento do estado do Tocantins	25
Figura 9: Mapa evidenciando a localização da área potencial para criação de uma Unidade de Conservação.	29

1. APRESENTAÇÃO

É objeto desse documento a apresentação do o Estudo Técnico para a criação de uma Unidade de Conservação, no município de Palmeirópolis, sul do estado do Tocantins.

Ele apresenta uma breve caracterização biológica, do meio físico e socioeconômica da região, bem como demonstra o potencial desta para a visitação pública. Essas caracterizações irão trazer, entre outras, informações sobre o ecossistema da área de estudo, caracterizando a fitofisionomia e apontando algumas espécies da fauna e da flora local; informações básicas sobre o clima, geomorfologia e recursos hídricos; e informações sobre a visitação pública –se essa já existe – ou se a área possui atributos naturais potenciais para receber visitantes.

Estes estudos técnicos de caráter ambiental geral com ênfase na biodiversidade, no meio físico e socioeconômico, e ao mesmo tempo com informações detalhadas obtidas em levantamento de campo pela diferente equipe técnica, possibilitaram a elaboração de um Diagnóstico resultando na tomada de decisão para a proteção legal, na forma de unidade de conservação de proteção integral na categoria de Parque Municipal.

Nesse contexto, a Prefeitura Municipal de Palmeirópolis, por meio da Secretaria Municipal de Recursos Hídricos e Meio Ambiente, cujo objetivo é de “preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, promoção de educação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico” (artigo 15, Lei nº 1.560/2005, que Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC.

Portanto, a partir deste estudo, este relatório pretende demonstrar a relevância para implantação da unidade de conservação a ser criada, tanto do

ponto de vista da conservação da natureza quanto dos benefícios que esta trará para a comunidade local.

2. INTRODUÇÃO

A proposta para criação da Unidade de Conservação na modalidade de Proteção Integral tem como alvo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico. A visitação pública está sujeita às normas e restrições estabelecidas no Plano de Manejo da unidade, às normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração, e àquelas previstas em regulamento.

As Unidades de Conservação não são áreas intocáveis como a maioria pensa, esta apresentam vantagens para os municípios, como evitar causas de acidentes por enchentes e desabamentos; manutenção da qualidade dos recursos naturais renováveis; permitir o incremento de atividades relacionadas ao turismo ecológico, e proporcionar a geração de emprego e renda. Atualmente vários municípios brasileiros são abastecidos com água oriunda de unidades de conservação, comprovando a importância socioambiental destas áreas.

Segundo OLIVEIRA & BARBOSA, as unidades de conservação podem ser entendidas como uma maneira especial de ordenamento territorial, e não como um entrave ao desenvolvimento econômico e socioambiental, reforçando o papel sinérgico das UC no desenvolvimento econômico e socioambiental local. Os usos e manejo dos recursos naturais permitidos dentro de cada UC variam conforme sua categoria, definida a partir da vocação que a área possui. Em outras palavras, é importante que a escolha da categoria de uma

UC considere as especificidades e potencialidades de uso que a área oferece, a fim de garantir a promoção do desenvolvimento local.

3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA

3.1 HISTÓRICO DA OCUPAÇÃO DA REGIÃO

A história da ocupação da região está associada principalmente às atividades de mineração, sendo a busca pelos metais preciosos e diamantes, o motivo mais importante para a sua ocupação. As minas mais antigas de que se tem notícia estavam localizadas nas proximidades da Serra Dourada e datam de 1722. Seguiram-nas as minas do Maranhão, em 1730, Água Quente, em 1732, Crixás e Natividade, em 1734, Arraias e Conceição, em 1740 e Cavalcante, em 1741.

A maior parte das cidades foi então originada de pequenos arraiais que serviam de apoio para as lavras. Esses arraiais eram erguidos de modo improvisado, sem maiores preocupações com a criação de uma estrutura duradoura. A população residente era constituída por escravos, em sua maioria, exploradores dos veios auríferos e homens brancos sem qualificação ou recursos, além de indígenas que já habitavam a região. São referências dessa história, a Terra Indígena Ava-Canoeiro demarcada em 1999 e o Território Kalunga no município de Cavalcante – Goiás, ambos localizados em áreas distantes do município de Palmeirópolis.

A região do chamado norte goiano esteve isolada do restante do país por diversos motivos. Sua própria distância física das áreas mais dinâmicas (*o sudeste, principalmente*) era reforçada pela falta de políticas claras que incentivassem a sua ocupação regional e integração.

Entre as políticas adotadas para recuperar a capitania de Goiás dessa crise, destacam-se as ações de planejamento para a inserção da agropecuária como principal atividade econômica, apoiada por sistemas de circulação e

transporte que tornassem esta região integrada aos centros consumidores e produtores mais dinâmicos. Em 1782, numa correspondência do então Governador do Pará ao de Goiás, é mencionada a vontade de se estabelecer a comunicabilidade entre essas regiões, no intuito de promover o desenvolvimento comercial de ambas.

No governo de Assis de Mascarenhas, entre 1804 e 1809, são promovidos maiores esforços para possibilitar a navegação no Rio Tocantins, partindo-se de ideias de personalidades como Teotônio Segurado que, entre outros aspectos, foi o porta-voz das propostas de emancipação política da região, no século XIX, sendo ainda fundador da vila de Palma, atual município de Paranã. Muitos anos mais tarde, já no século XX, a implantação de Brasília e a construção da BR-153 constituem fatores propulsores da integração do centro-oeste brasileiro, do norte de Goiás e do Estado do Tocantins, cuja emancipação política do Estado de Goiás ocorreu em 1989.

Desde o século XIX a ideia de separar as porções norte e sul de Goiás já alimentava movimentos populares. Em 1821, uma revolta separatista eclode ao norte de Goiás. Em protesto contra o isolamento da região, promovido pelo rei Dom João VI, o desembargador Joaquim Theotônio Segurado, representante da corte portuguesa na comarca norte, proclamou o Governo Autônomo do Tocantins. A revolta é dominada por Caetano Maria Gama, primeiro presidente da província, nomeado por Dom Pedro I em 1824.

No início do século XX, a ideia é retomada, mas só a partir da década de 70 passa a ser seriamente discutida no Congresso. Mas até receber o status de Estado, muitas lutas foram travadas pela independência da região do antigo norte do Estado de Goiás. O Estado do Tocantins foi criado em 5 de outubro de 1988, com a promulgação da Nova Constituição (*artigo 13 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição*). A aprovação da emenda apresentada pelo então deputado

federal Siqueira Campos à Assembleia Nacional Constituinte de 1988 coroou a reivindicação de muitas gerações de tocantinenses.



Figura 1 – Mapa De Localização do Estado do Tocantins

Tocantins é o mais novo estado brasileiro, formado através do desmembramento de 277.321km² que pertenciam ao Estado de Goiás. A eleição dos primeiros representantes tocantinenses (*governador e seu vice, senadores e deputados federais e estaduais*) foi realizada em 15 de novembro de 1988, junto com as eleições dos prefeitos municipais. A então cidade de Miracema do Norte, localizada na região central do novo Estado, foi escolhida como Capital provisória.

No dia 1º de janeiro de 1989, foi instalado o Estado do Tocantins e empossado o governador, que com um decreto mudou o nome das cidades do novo Estado que tinham a identificação "do Norte" e estes passaram a ser designados de "do Tocantins".

No dia 5 de outubro de 1989, foi promulgada a primeira Constituição do Estado e criados mais 44 municípios, além dos 79 já existentes. Atualmente, o Estado possui 139 municípios¹.

Foi construída no centro geográfico do Estado, numa área de

¹ Fonte do site do Governo do Estado do Tocantins: <http://www.to.gov.br>, acessado em 22/04/2008.

1.024km², desmembrada do município de Porto Nacional, a cidade de Palmas, para ser a sede do governo e em 1º de janeiro de 1990, foi instalada a Capital.

3.2 O MUNICÍPIO

O município de Palmeirópolis teve origem numa antiga fazenda chamada de Itabaiana que pertencia a Anísio Campos Matos. Inicialmente o povoado chamava-se Palmeiras e pertencia ao município de Paranã, teve sua povoação iniciada na década de 50 com a chegada de comunidades que, atraídas pelo babaçu, vinham de Formoso, Trombas, Porangatu e outras procedências.



Figura 2 – Localização Do Município Em Relação Ao Estado De Tocantins.

Pela Lei Nº 7.471 de 2 de fevereiro de 1971, assinada pelo então Presidente da Assembleia Legislativa de Goiás, deputado José Meirelles, o povoado passou a distrito com o nome de Palmeirópolis. Foi desmembrada do município de Paranã em 10 de junho de 1980.



Figura 3 – O Município E Seus Confrontantes

O município de Palmeirópolis está localizado ao sul do estado do Tocantins, distante cerca de 563km da capital Palmas, fazendo limite ao sul com os municípios de Minaçu e Montividiu do Norte, no estado de Goiás; ao leste e noroeste, com o município de Jau do Tocantins; ao norte, com o de São Salvador do Tocantins e, a oeste, com Paraná.

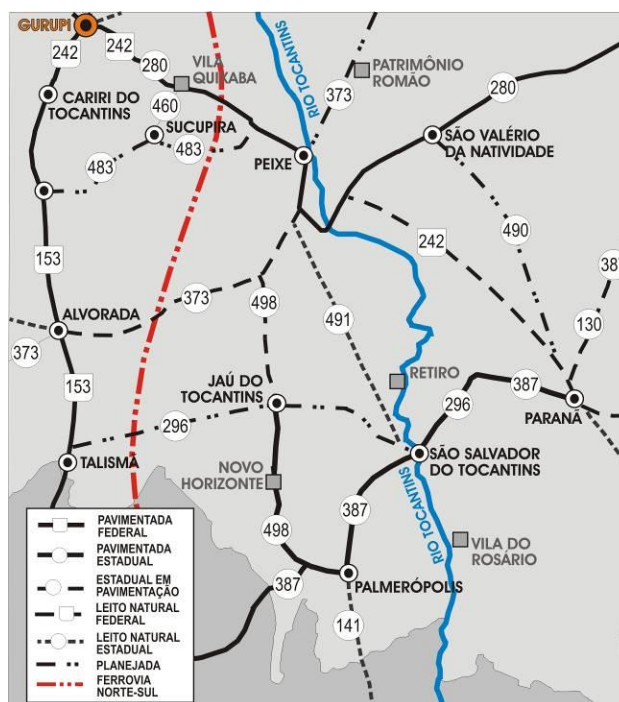


Figura 4 – Mapa Rodoviário

Os principais acessos são as rodovias TO-387/GO-132, interligando

Palmeirópolis a Minaçu – Goiás; a TO-498, interligando o município à Jaú do Tocantins e à TO-387, fazendo a conexão com São Salvador do Tocantins.

3.3 CARACTERÍSTICAS DO MEIO FÍSICO

3.3.1 Características ambientais

3.3.1.1 Clima

Na região, segundo KOEPPEN, é predominante o clima megatermal, classificado como Aw – Clima de Savana Tropical, que se caracteriza por ter a temperatura do mês mais frio superior a 18°C e a precipitação ser desigualmente distribuída durante o ano, havendo duas estações distintas, uma úmida e outra seca.

A estação úmida ocorre de outubro a março e nela caem entre 80 a 90% das chuvas anuais. A estação seca ocorre no outono-inverno, havendo pelo menos um mês com menos de 60 mm de chuva.

Na região o total anual de chuvas varia entre 1.350 e 1.966mm, sendo janeiro, fevereiro e março os meses mais chuvosos, concentrando entre 45 e 49% das precipitações anuais e no trimestre mais seco (*junho, julho e agosto*) ocorrem apenas 1 a 3% do total anual de chuvas. A temperatura média é de 25°C, com pequenas variações durante o ano, sendo setembro e outubro os meses mais quentes com média em torno de 26,5°C e junho e julho os meses mais frios com 23,2°C. A diferença entre a média das máximas mensais 35°C e das mínimas mensais 15,5°C é de apenas 20,5°C.

A Atlas do Tocantins identifica no município duas faixas climáticas distintas³². Na faixa do território que ocupa a porção Leste do município, o clima predominante é o subúmido com moderada deficiência hídrica no inverno, evapotranspiração potencial média anual de 1.500 mm, distribuindo-se no verão em torno de 420 mm ao longo dos três meses consecutivos com

temperatura mais elevada. A temperatura média do ar anual oscila entre 25º e 26ºC.

Na parte Oeste, predomina o clima úmido como moderada deficiência no inverno, evapotranspiração potencial apresentando uma variação média anual entre 1.400 e 1.700 mm, distribuindo-se no verão em torno de 390 e 480 mm ao longo dos três meses consecutivos com temperatura mais elevada.

3.3.1.2 Geologia e geomorfologia

O município de Palmeirópolis está encravado em uma região de geologia complexa da Plataforma Sul-Americana onde ocorreram, praticamente, todos os eventos geotectônicos brasileiros, com terrenos geológicos diversos, apresentando uma sequência de unidades litoestratigráficas de idades bastante variáveis, sendo as unidades mais antigas pertencentes ao Pré-Cambriano Inferior (*Arqueano*) e ao Médio (*Proterozóico Médio ou Mesoproterozóico*). A unidade mais inferior da coluna estratigráfica é o Complexo Goiano (*conjunto granítico-gnáissico*), seguida dos Complexos Básico-Ultrabásico de Cana-Brava e do Complexo Conceição do Norte.

Geomorfologia é uma geociência que estuda as formas de relevo baseado em leis que determinam a gênese e evolução dessas formas, que implica na descrição, localização e dimensionamento de diversos compartimentos e feições de relevos observados na epigeoesfera.

Para o município, os dados disponíveis indicam que as formações geológicas podem conter uma quantidade expressiva de ocorrências minerais de valor econômico reconhecido, visto que elas estão inseridas em um contexto bastante importante, como o zinco, o chumbo, ouro, amianto, cobre, estanho, berilo, tântalo e calcário.

Isto não garante que em Palmeirópolis tenha jazidas economicamente exploráveis destes e de outros minérios, embora haja inúmeras marcas de explorações minerais em pequena escala.

Existem duas unidades geomorfológicas dominantes: O Pediplano do Tocantins ou a Depressão do Tocantins e o Complexo Montanhoso Veadeiro. O Pediplano do Tocantins ou a Depressão do Tocantins correspondendo a um relevo rebaixado, com algumas elevações residuais é situado entre o Rio Tocantins e a Serra Dourada. Esta unidade geomorfológica correlaciona-se principalmente com os Latossolos e os Gleissolos. O Complexo Montanhoso Veadeiros Arai, integrante do Planalto Alto Tocantins, corresponde a terrenos elevados, muito fragmentados, marcados por depressões intermontanas, com composição litológica por rochas do grupo Araxá. Esta unidade geomorfológica correlaciona-se com os Regossolos Litólicos e os Argilossolos.

O relevo do município apresenta variações, com áreas baixas e planas nas margens dos rios e declivosas compostas por serras e montanhas. A área predominante apresenta declividade inferior a cinco por cento (5%), apresentando escoamento superficial da água no solo lento ou médio. As áreas que correspondem às serras apresentam declividade superior a 45 por cento (45%), com escoamento superficial da água no solo rápido, extremamente suscetível à erosão hídrica. As áreas de pé de serra, apresentam cotas de 400 a 500 metros de altitude, chapadas montanhosas com cotas entre 500 e 1.000 metros de altitude.

Predominam solos chamados de Podzólicos e Latossolos. Os primeiros apresentam boa fertilidade natural e tem aptidão para a agricultura.

3.3.1.3 Hidrologia

O município de Palmeirópolis está inserido na bacia hidrográfica do rio Tocantins, sendo banhado por este rio e seus principais afluentes no município são os rios Mutum, Mucambão, Mocambinho e o Córrego Limoeiro. Outros

rios que cortam o município são os rios Almas, Alminhas, o ribeirão das Pedras, córregos Cocalinho, do Mato e as lagoas do Avião, Grande, do Arroz e do Mucambo.

Os recursos hídricos superficiais são abundantes na época das chuvas devido aos excedentes resultantes do balanço hídrico e seu uso, entre outros, é para abastecimento doméstico, com captação em fontes e nascentes, a dessedentação de animais.

A rede hídrica do município tem extensão de 865,47km, dos quais 412,62km são de cursos d'água permanentes e 452,85km de cursos d'água intermitentes, resultando numa densidade de drenagem de 510m/km². A qualidade da água é boa.

3.3.1.4 Solos

No município foram constatados Latossolos, Argissolos (*Podzolicos*), Cambissolos e Neossolos Litólicos como classes de solos que figuram em primeiro lugar, nas associações que compõem as Unidades de Mapeamento e Nitossolos como componente secundário. Nas unidades de mapeamento manteve-se a legenda original constante do mapa de solos do Tocantins editado pela SEPLAN -TO.

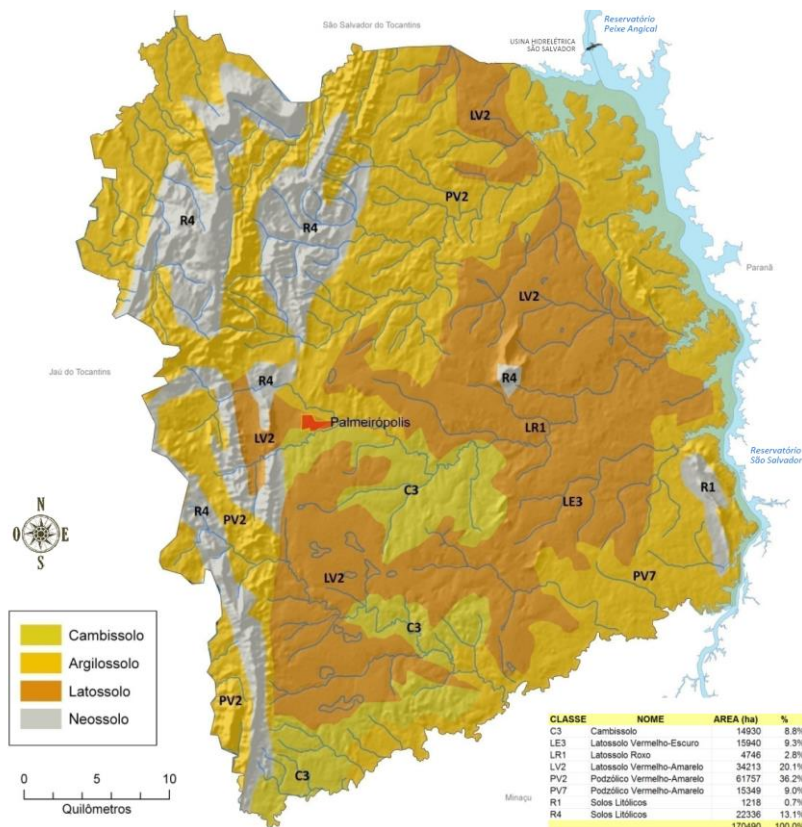


Figura 5: Mapa de solos do município de Palmeirópolis

O relevo do município de Palmeirópolis é dissecado em cristas e maciços onde se destacam as montanhas e os morros soltos. Na região Oeste a Serra Dourada, ocupa grande parte do município, composta por rochas com solos de pouca profundidade. As outras áreas são classificadas como planas e pouco onduladas. As cristas com altitudes próximas a 800 m chegam a ultrapassar os 1.000 m em picos isolados. Nas proximidades do rio Tocantins, o relevo apresenta-se na forma de colinas amplas, com baixa declividade, inferior a 10%, e altitudes inferiores a 250 m. Ocorrendo morros alongados com cristas e mais raramente em topos arredondados. Os terraços (*áreas planas*) são predominantemente arenosos, podendo-se encontrar nas margens do rio, depósitos de blocos arredondados sobre depósito de areia. As serras apresentam relevo de forte declividade superior a 45%, em solos

rasos e pedregosos com baixa capacidade de retenção de água e alto fornecimento de sedimentos.

A representação cartográfica foi feita para as seguintes faixas de declividade, selecionadas levando-se em conta os critérios legais e as utilizadas para definição da capacidade de uso ou aptidão agrícola das terras:

- Declives suaves, praticamente planos ou suaves ondulados, inferiores a 2°52' (5%), podendo ser trabalhados em todas as direções e sentidos. Aptos para todos os usos agrícolas sem maiores riscos de erosão ocupam 85.923,14ha ou 50,4% do território municipal e localizam-se primordialmente nas partes baixas do município, em níveis abaixo de 400msnm (*metros sobre o nível do mar*) na porção oriental do município sendo ocupadas por latossolos e podzólicos;
- Declives moderados, correspondendo a relevos ondulados, entre 2°52' e 6°50' (5% e 12%), podendo ser trabalhados mecanicamente, em curvas de nível, por tratores de roda com eficiência entre 70 e 90%, ocupam 40.744,32ha ou 23,9% do território municipal e situam-se preponderantemente nos divisores difusos entre o Pediplano do Tocantins e o Complexo Montanhoso na parte central do município, que também servem de limites difusos entre os Podzólicos e Cambissolos e os Neossolos Litólicos, dominantes nas áreas serranas;
- Declives fortes, ou relevos fortemente ondulados, entre 6°50' e 16°42' (12% e 30%) ainda trabalháveis, com limitações e cuidados especiais por tratores de esteira, ou utilização de implementos com tração animal, ocupam 22.731,28ha (13,3%) do território municipal. Estão associados aos declives muito fortes e escarpados e ocupam a maior parte do Complexo montanhoso, estando mais concentrados no ocidente do território do município, mas aparecendo em porções isoladas, como

testemunhos de rochas mais resistentes, no restante do território e são ocupados por Neossolos Litólicos;

- Declives muito fortes, correspondendo a relevos montanhosos, entre 16°42' e 25°10' (30% e 47%), com restrições para urbanização e restrições muito fortes para uso agrícola, trabalháveis com instrumentos e ferramentas manuais, ocupam 10.441,14ha ou 6,1% do território;
- Declives escarpados entre 25°10' e 45° (47% e 100%), não recomendáveis para atividades agrícolas, ocupam 3.454,46 ha ou 2,0% do território e acima de 45° (100%), seu uso é impedido pela legislação com 7.195,46ha ou 4,2%.



Figura 6: Carta Clinográfica do município

3.3.1.5 Uso e ocupação do Solo

Para distribuição da ocupação das terras do território municipal foram utilizadas 5 (6 com as áreas urbanizadas) classes, conforme consta da tabela abaixo.

A classe que ocupa menores dimensões são as áreas urbanizadas, que no caso de Palmeirópolis limita-se a da sede. Outra classe de uso antrópico, que ocupa áreas significativas, apresenta grande dispersão pelo território: as Agro-Silvo-Pastoril e o Solo Exposto.

Tabela 01: Utilização dos solos segundo declarações de proprietários

Total de estabelecimentos	Área total (ha)	Lavouras (1)		Pastagens (2)		Matas e florestas (3)	
		Estab	Área (ha)	Estab	Área (ha)	Estab	Área (ha)
479	135 399	144	3 114	471	66 316	414	60 512

Fonte IBGE – Censo Agropecuário de 2006



Figura 7: Mapa da distribuição do solo.

Tabela 02: Distribuição da ocupação territorial por classe

CLASSE	ÁREA (ha)	%
Agro Silvo Pastoril e Cerrado	99.066	58,11

Ralo		
Mata Ciliar	17.930	10,52
Cerradinho	16.363	9,60
Mata secundária	32.650	19,15
Água Superficial	4.481	2,63
Áreas Urbanizadas	-	-

Fonte: Plano Diretor Participativo do Município de Palmeirópolis-TO.

Nessa região, as culturas temporárias e permanentes ocupam poucas terras sendo que algumas têm mantido predominância nos últimos anos como o arroz e o milho; entre as permanentes nenhuma apresenta áreas contínuas significativas, sendo a banana a única a figurar nas estatísticas de produção do município. Estando estas áreas cultivadas disseminadas por todo o território municipal, entremeadas com matas secundárias e pastagens naturais e cultivadas, não há condições de considerá-las numa subdivisão específica e, por isto, uma parte, correspondendo às lavouras maiores, foi englobada, junto com as atividades antrópicas predominantes: a agricultura implantada, a pastagem/pousio e ao solo exposto.

Segundo os resultados preliminares do último censo agropecuário, de 2006, o município apresentava os seguintes usos: 2,30% das terras ocupadas com lavouras, 48,98% com pastagens e 44,69% com matas e florestas. Ao percorrer o interior do município notam-se desrespeitos pontuais, principalmente em áreas de exploração de minérios. Ressalte-se, que nas atuais condições não há meios de avaliar o uso de cada propriedade individualmente e se os proprietários estão obedecendo as reservas que devem ocupar 35% da área total que ainda deve ser acrescida das áreas de preservação permanente por declividade e vizinhança de cursos d'água.

3.4 CARACTERIZAÇÃO BIÓTICA

3.4.1 Flora

O estudo sobre a flora foi compilado do “Plano diretor Participativo do Município de Palmeirópolis”, elaborado pela Prefeitura Municipal de Palmeirópolis, coordenado pela empresa GOLD & GOLD S/S, com apoio da Engie Brasil, Novembro de 2008.

3.4.1.1 Caracterização da cobertura Vegetal

As tipologias vegetais existentes atualmente na região da Unidade de Conservação (compreendidas como os diferentes tipos de cobertura vegetal do solo) encontram-se representadas por dois conjuntos principais, sendo um de caráter natural, englobando as fitofisionomia das Formações Florestais (matas Ciliar e de Galeria), do Cerrado sentido restrito (cerrados Típico, Ralo e Rupestre) e as Formações Pioneiras de Influência Fluvial; e outro de caráter antropogênico, resultante das atividades humanas sobre o solo e representado pelo Pasto para criação de gado bovino e por cultivo agrícola temporário de subsistência, em muitos casos exercidos no mesmo espaço de forma rotativa. Entretanto, mesmo as tipologias aqui categorizadas como de caráter natural apresentam algum grau de antropização (fogo, extração vegetal seletiva, extração mineral e pastejo extensivo de gado).

3.4.1.2 Flora da Unidade de Conservação

A cobertura florestal do Parque é constituída de vegetação arbórea, área preservada, vegetação arbustivas e herbáceas, zonas que sofreram impactos ambientais. No entanto devido essas condições, a composição florística e a fisionomia da Unidade de Conservação variam significativamente de acordo com as peculiaridades dos diferentes ambientes nele encontrados, dessa forma, variações nas condições do solo, padrão de distribuição natural das espécies determinam tais diferenças.

O Parque Natural Municipal de Palmeirópolis apresenta as duas formações florestais: Matas de galeria e Cerrado stricto sensu.

3.4.1.3 Mata de galeria

Vegetação florestal que acompanha os rios de pequeno porte e córregos, ocorrendo o fechamento do dossel acima do curso d'água. Geralmente a Mata de galeria localiza-se nos fundos dos vales ou nas cabeceiras de drenagem onde os cursos de água ainda não escavaram um canal definitivo. Essa fisionomia é caducifólia, isto é, não apresenta queda de folhas na estação seca.

É possível identificar em determinadas situações a presença de espécies típicas, com alturas variáveis entre 15 e 20 m, representadas, principalmente por *Ficus gameleira* (gameleira), *Apuleia leiocarpa* (grápia), *Copaifera langsdorfii* (pau-óleo), *Hymenea courbaril* var. *stilbocarpa* (jatobá), *Guettarda viburnoides* (veludo), *Guarea guidonea* (marinheiro), *Aspidosperma pyrifolium* (peroba-rosa), *Aspidosperma subincanum* (pau-pereira), *Protium heptaphyllum* (almecegueira), *Tapirira guianensis* (cupiúva) e *Mauritia flexuosa* (buriti), *Luehea grandiflora* (açoita-cavalo), *Cecropia pachystachia* (embaúba), *Syzygium cumini* (Jamelão), *Croton Urucurana* (sangra d'água),

3.4.1.4 Cerrado stricto sensu

Conforme Ribeiro & Walter (1998), o Cerrado sentido restrito caracteriza-se pela presença de árvores baixas, inclinadas, tortuosas, com ramificações irregulares e retorcidas, e geralmente com evidência de queimadas. Os arbustos e subarbustos encontram-se espalhados, com algumas espécies apresentando órgãos subterrâneos perenes (*xilopódios*), que permitem a rebrota após a queima ou corte. Os troncos das plantas lenhosas em geral

possuem cascas com cortiça grossa, fendida ou sulcada, e as gemas apicais de muitas espécies são protegidas por densa pilosidade. As folhas em geral são rígidas e coriáceas. Esses caracteres fornecem aspectos de adaptação às condições de seca (*xeromorfismo*).

Dentre as principais espécies arbóreas ocorrentes nas formações savânicas da área dos estudos, destacam-se: *Acosmium dasycarpum* (chapada), *Qualea grandiflora* (pau-terrafolha-grande), *Qualea parviflora* (pau-terra-folha-pequena), *Annona coriacea* (araticum), *Callisthene major* (tapicurú), *Brosimum gaudi-chaudii* (mama-cadela), *Bowdichia virgiloides* (sucupira-preta), *Byrsonima crassa* (murici), *B. coccolobifolia* (murici-rosa) e *B. verbascifolia* (murici-folha-larga), *Davilla elliptica* (lixerinha), *Caryocar brasiliense* (pequizeiro), *Curatella americana* (lixeira), *Connarus suberosus* (pau-de-brinco), *Dimorphandra mollis* (faveiro), *Han-cornia speciosa* (mangaba), *Hymenea stigonocarpa* (jatobá-do-cerrado), *Psidium myrsinoides* (araçá), *Anacardium occidentale* (cajueiro), *Salvertia convallariodora* (colher-devaqueiro), *Tabebuia aurea* (caraíba), *T. ochracea* (ipê-amarelo-do-cerrado), *Pouteria ramiflora* (abiu), *Agonandra brasiliensis* (pau-marfim), *Lafoensia pacari* (mangabeira-brava), *Terminalia acti-nophylla* (capitão-do-cerrado), *Diospyros burchellii* (olho-de-boi), *Simarouba versicolor* (mata-cachorro), *Eugenia dysenterica* (cagaita).

3.4.2 Fauna

O texto sobre a fauna foi compilado do RIMA da UHE São Salvador item 2.2 - Os animais silvestres.

- a) Peixes: dos 1.100 peixes capturados durante a estiagem (setembro/2003) foram encontradas 56 espécies diferentes, sendo oito as mais comuns:

Período de estiagem		Período chuvoso	
Nome regional	Porcentagem (%)	Nome regional	Porcentagem (%)
Abotoado	21	Curraleiro	14
Jaraqui	12	Jaraqui	13
Bicuda	11	Bicuda	11
Papa terra	9	Abotoado	10
Cascudo	6	Cachorra	9
Pacu	6	Cascudo	9
Sardinha	5	Pacu	7
Pescada	5	Sardinha	7

b) Répteis e anfíbios: Os animais destes grupos encontrados nos locais de amostragem totalizaram 26 sapos, 21 lagartos, 17 serpentes e dois jacarés. Entre estas se destacam as tartarugas, grande parte dos lagartos, as jararacas e alguns anfíbios, como a cecília. Quanto às espécies semi-aquáticas ou associadas aos rios, foi registrada a presença de poucos indivíduos de tracajá e de camaleão neste trecho. É provável que ocorram com certa frequência teiús. Vale ressaltar que todas as espécies avistadas, com exceção do tracajá, utilizam tanto praias como barrancos dos rios para desova. Para o camaleão, os teiús e os jacarés existem locais bons para reprodução especialmente nos barrancos do rio Tocantins.

c) Aves: Foram avistadas ou ouvidas na área de estudo 216 espécies de aves. As mais comuns e abundantes foram: pica-paus, andorinhas, xexéus, quero-queros, carcarás, periquitos, bicos-debrasa, pássaro-preto e principalmente aves aquáticas como garças, biguás, colhereiros, patos, maçaricos e afins. Na área de influência do empreendimento foram registradas apenas duas espécies tidas como ameaçadas, a ema e o

papagaio-galego, quatro endêmicas do Brasil (só existem no Brasil), o pula-pula-de-sobrancelha, o cancã, o caneleiro-enxofre e o rapazinho-dos-velhos e seis endêmicas do cerrado, o bico-de-pimenta, a gralha-do-cerrado, o soldadinho e os já citados pula-pula-de-sobrancelha e papagaio-galego.

- d) Mamíferos: Estudos anteriores identificaram 129 espécies de mamíferos para a região localizada entre as usinas de Serra da Mesa e do Lajeado, o que representa aproximadamente 66% de toda a fauna já identificada no cerrado. Na área de estudo foram registradas 33 espécies, sendo as mais comuns a capivara cachorro do mato, mão pelada, raposa, veado catingueiro e cachorro vinagre. Embora as matas e margens do rio Tocantins, de maneira geral, encontrem-se em péssimo estado de conservação, aparentemente os mamíferos estão bem representados em todos os pontos de amostragem.”

3.5 CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONÔMICA

A área do Estado do Tocantins está dividida em 139 municípios, que são agrupados em duas mesorregiões de planejamento – Ocidental e Oriental do Tocantins – e oito microrregiões de gestão administrativa.

A microrregião de Gurupi é uma das microrregiões do estado brasileiro do Tocantins. Sua população foi estimada em 2016 pelo IBGE em 148.490 habitantes e está dividida em 14 municípios. Possui uma área total de 27.445,37 km², composta pelos municípios: Aliança do Tocantins, Alvorada, Brejinho de Nazaré, Cariri do Tocantins, Crixás do Tocantins, Figueirópolis, Gurupi, Jaú do Tocantins, Palmeirópolis, Peixe, Santa Rita do Tocantins, São

Salvador do Tocantins, Sucupira e Talismã.

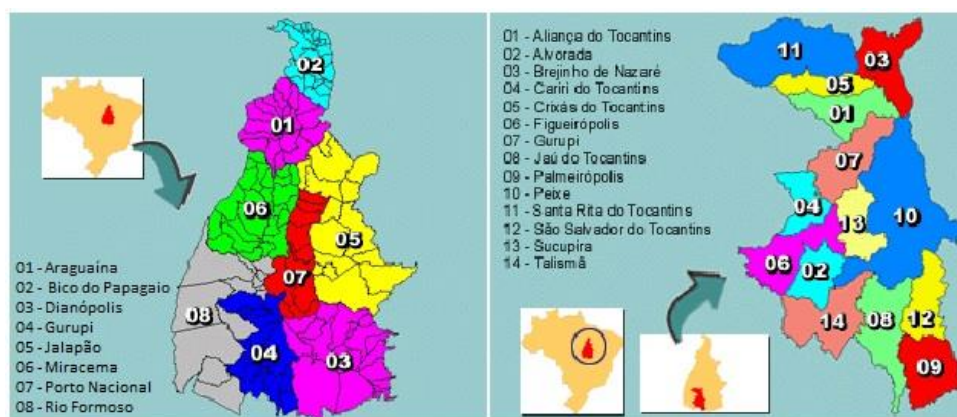


Figura 8: Microrregiões de planejamento do estado do Tocantins
 Fonte: CITY BRASIL (<http://www.citybrazil.com.br/to/microregiao>)

O Quadro 02 apresenta a dinâmica populacional do município de Palmeirópolis a partir da década de 1991, dividindo-se entre população urbana e rural até o ano de 2016. Observa-se que ocorre um declínio significativo da população rural em 2000 atingindo um patamar de -14,01%, provavelmente devido ao processo de migração da população para a área urbana como nos demais municípios do estado.

No Quadro 02 é possível observar que a TGCA de Palmeirópolis para o intervalo 2000 até 2016 esteve abaixo da capital Palmas e do Estado do Tocantins.

Quadro 02. Evolução populacional

ANO	INTERVALOS	POP. TOTAL	TGCA (%)	POP. URBANA	TGCA (%)	POP. RURAL	TGCA (%)
1991	1980/1991	11.915		5.995		5.920	
2000	1991/2000	7.068	-5,64%	5.546	-0,86%	1.522	-14,01%
2010	2000/2010	7.339	0,38%	5.981	0,76%	1.358	-1,13%
2011*	2010/2011	7.360	0,29%	6.027	0,77%	1.333	-1,84%
2012*	2011/2012	7.380	0,27%	6.072	0,75%	1.308	-1,91%
2013*	2012/2013	7.600	2,98%	6.283	3,48%	1.317	0,68%
2014*	2013/2014	7.623	0,30%	6.333	0,78%	1.290	-2,00%
2015*	2014/2015	7.645	0,29%	6.381	0,77%	1.264	-2,08%
2016*	2015/2016	7.666	0,27%	6.430	0,76%	1.236	-2,16%

Fonte: Dados Censitários do IBGE (*) População estimada pelo IBGE

Quadro 03. Taxa de crescimento geométrico anual da População do estado

Período	TGCA (%)	TGCA (%)	TGCA (%)
	Estado do Tocantins	Palmas	Palmeirópolis
2000-2010	1,81%	5,21%	0,38 %
2010-2011*	1,26%	3,06%	0,29 %
2011-2012*	1,21%	2,87%	0,27 %
2012-2013*	4,27%	6,54%	2,98 %
2013-2014*	1,27%	2,91%	0,30 %
2014-2015*	1,22%	2,76%	0,29 %
2015-2016*	1,17%	2,61%	0,27 %

Fonte: IBGE - 2016 (*) População estimada IBGE

Até o ano de 2010, único período de dados disponíveis de migração, verificou-se que a participação da população migrante ao município representa um percentual de 54% da população total. Deste percentual 23,39% são migrantes de municípios no estado do Tocantins e 76% de outros estados e países estrangeiros, de acordo com o quadro 4, mostrando assim uma maior participação de migrantes de outros estados.

Quanto à densidade demográfica do município, pode-se observar Quadro que a partir dos dados do ano 2000 a 2015 as estimativas populacionais indicam um pequeno aumento de concentração de habitantes/Km², que no ano de 2015 passou a ser de 4,5 hab/Km², segundo os dados do último censo do IBGE. Observa-se também que não ocorreu alteração significativa no valor da área do município.

Quadro 04. Densidade demográfica

Município	2000		2010		2015*	
	Área (km ²)	Densidade (hab/km ²)	Área (km ²)	Densidade (hab/km ²)	Área (km ²)	Densidade (hab/km ²)
Palmas	1.583	86,8	2.219	102,9	2.218,9	122,9
Araguaína	3.904	29,0	4.000	37,6	4.000,4	42,5
Gurupi	1.839	35,4	1.836	41,8	1.836,1	45,6
Porto Nacional	4.446	10,1	4.450	11,0	4.449,9	11,7
Paraíso do Tocantins	1.326	27,3	1.268	35,0	1.268,1	38,7
Colinas do Tocantins	843	30,0	844	36,5	843,9	40,3

Guaraí	2.268	8,8	2.268	10,2	2268,2	11,1
Tocantinópolis	1.077	21,1	1.077	21,0	1.077,1	21,5
Miracema do Tocantins	2.656	9,2	2.656	7,8	2.656,1	7,4
Dianópolis	3.217	4,8	3.217	5,9	3.217,3	6,6
Palmeirópolis	1.703,8	4,1	1.703,9	4,3	1.703,9	4,5

Fonte: IBGE Censo 2010 (*) População estimada IBGE

Conforme o IBGE (2011) o município de Palmeirópolis em relação à pecuária, possui 73.990 cabeças de bovinos, 660 equinos e 3.889 suínos. Já em relação as lavouras permanentes produziu em 2011 aproximadamente 830 toneladas de banana, e de lavouras temporárias produziu 300 toneladas de arroz, 1.169 toneladas de mandioca e 600 toneladas de milho.

O quadro abaixo mostra que a média de salários de Palmeirópolis, em 2014, foi da ordem de 1,9 salários mínimos e que o município contava com 128 empresas atuantes, dentre as 128 unidades locais.

Quadro 05. Empresas e pessoal empregado

Cadastro de Empresas	
Número de unidades locais	128
Pessoal ocupado total (pessoas)	735
Pessoal assalariado ocupado	598
Salários e outras remunerações (mil Reais)	11.251
Salário médio mensal (SM)	1,9
Empresas atuantes	128

Fonte: IBGE Censo 2014

Como pode ser observado no Quadro 6 o maior número da população ocupada de Palmeirópolis está no ramo da agricultura, pecuária, produção florestal e aquicultura, contribuindo com cerca de 28,08%. O segundo maior grupo é o pessoal ocupado nas atividades ligadas ao Comércio, seguido da população ocupada na área dos Serviços Domésticos. Juntos, esses dois setores ocupam aproximadamente 25,13% da população de Palmeirópolis.

Quadro 06. Distribuição setorial da população ocupada

Atividade	População ocupada
------------------	--------------------------

Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	915
Indústrias extrativas	-
Indústrias de transformação	170
Eletricidade e gás	23
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	12
Construção	218
Comércio; reparação de veículos automotores e motocicletas	505
Transporte, armazenagem e correio	72
Alojamento e alimentação	111
Informação e comunicação	19
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	23
Atividades imobiliárias	-
Atividades profissionais, científicas e técnicas	57
Atividades administrativas e serviços complementares	20
Administração pública, defesa e seguridade social	202
Educação	146
Saúde humana e serviços sociais	128
Artes, cultura, esporte e recreação	11
Outras atividades de serviços	75
Serviços domésticos	314
Organismos internacionais e outras instituições extraterritoriais	-
Atividades mal definidas	239
Total	3.258

Fonte: IBGE, 2010

4. PROPOSTAS PARA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

4.1 ÁREA E PROPOSTA DE LIMITE

A área em estudo para criação de uma Unidade de Conservação, está situada na área urbana do município de Palmeirópolis localizado ao sul do estado de Tocantins, distante cerca de 560 km da capital Palmas, fazendo limite ao sul com os municípios de Minaçu e Montividiu do Norte, no estado de Goiás; ao leste e noroeste, com o município de Jaú do

Tocantins; ao norte, com o de São Salvador do Tocantins e, a oeste, com Paranã. Possui uma área de 1.703,94 km², localizada em uma latitude 13° 02' 38" e 48° 24' 08" de longitude, com uma altitude média de 438 metros acima do nível do mar.



Figura 9: Mapa evidenciando a localização da área potencial para criação de uma Unidade de Conservação.

4.2 O GRUPO E CATEGORIA

O grupo indicado para a área em potencial para ser uma unidade de conservação no município de Palmeirópolis, é de proteção integral, aquelas que têm por objetivo a preservação da natureza, admitido o uso indireto dos seus recursos naturais.

A categoria proposta, de acordo com as características da área e com os objetivos para a criação da unidade de conservação, é a de Parque, passando a ser denominado de Parque Natural Municipal de Palmeirópolis.

De acordo com a Lei Estadual nº 5.560, de 05 de abril de 2005, em seu artigo 15:

I. Tem por objetivo a preservação de ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica, possibilitando a realização de pesquisas científicas, promoção de educação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico;

II. É de posse e domínio públicos, e as áreas particulares incluídas em seus limites são desapropriadas;

III. Tem a visitação pública sujeita às normas e restrições estabelecidas no plano de manejo da unidade ou no regulamento e pelo órgão responsável por sua administração.

4.3 JUSTIFICATIVA

O local em estudo é bastante frequentado pela população para práticas de atividades físicas, para lazer, contemplar a natureza, recreação e cultura. Essa área está situada dentro da Microbacia do Córrego Mucambinho, cujo motivo principal para a criação da Unidade de Conservação, pois atualmente a Microbacia do Córrego Cocalinho é uma das principais fontes que abastecem os postos de saúdes, escolas, comércios e domicílios do município.

Ademais, atualmente a principal bacia hidrográfica que fornece a água tratada para o município é do Córrego Cocalinho, portanto, ela somente já não é mais suficiente para abastecer toda a população de Palmeirópolis, devido as intensas atividades antrópicas na microbacia, diminuindo, assim, quali e quantitativamente a água. Desse modo, para suprir a demanda da cidade, há necessidade de transpor água do Córrego Mucambinho para o Cocalinho, mesmo em períodos em dias chuvosos. Assim sendo, de

fundamental importância, desde já, a preservação dos recursos naturais, bem como da fauna presentes na mata ciliar do córrego Mucambinho.

4.4 OBJETIVOS

O objetivo geral e os específicos da criação da Unidade de Conservação foram definidos tendo como referência o SNUC (BRASIL, 2000), considerando o Artigo 4º que traça os objetivos do Sistema; os objetivos estabelecidos para a categoria de manejo da UC; os objetivos da UC estabelecidos em seu Decreto de Criação.

Preservar um ecossistema natural de relevância ecológica e beleza na área urbana de Palmeirópolis, possibilitando a realização de pesquisas científicas e o desenvolvimento de atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza.

Proteger a biodiversidade e os recursos genéticos do Parque, com ênfase nas populações das espécies animais e vegetais raros ou ameaçados de extinção em nível regional ou global;

- ❖ Promover o desenvolvimento científico, proporcionando oportunidades de apoio a projetos de pesquisa, em especial, àqueles relacionados a temas importantes para o manejo do Parque, como o estudo da sucessão da vegetação em áreas em processo de recuperação; a biologia, monitoramento e manutenção das populações das espécies de maior interesse para a conservação; o monitoramento dos impactos da visitação pública sobre os recursos naturais da UC;

- ❖ Promover processos de comunicação e educação ambiental que sensibilizem e informem a comunidade sobre a importância e benefícios da conservação da biodiversidade e dos recursos naturais, criando oportunidades para o desenvolvimento de atividades interpretativas que também contemplem a história da ocupação humana no município.

4.5 BENEFÍCIOS DA CRIAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

A criação de uma unidade de conservação traz diversas vantagens para o município, não apenas no contexto ambiental, mas também no econômico. Além do incremento no repasse financeiros, destaca-se o potencial fortalecimento da cadeia produtiva local e principalmente do turismo.

A Unidade de Conservação, poderá proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população local. Uma vez que, são importantes no bem-estar das pessoas, tendo relação com suas experiências emocionais. Estudos mostram que emoções e sentimentos evocados durante um momento no parque são classificados pelos frequentadores como muito importantes como contribuição para o bem-estar. Benefícios diretos são notados no sentido de regenerar o psicofísico, equilibrar, relaxar, romper com a rotina diária, estimular uma conexão espiritual com o mundo natural. Todos estes benefícios emocionais e psicológicos contribuem de forma considerada para a qualidade de vida, que por sua vez é um componente-chave do desenvolvimento sustentável (PRESCOTT-ALLEN, 1991).

Uma área protegida ocorre a preservação das espécies *in-situ*, ou seja, em seu habitat natural, é o modo mais apropriado de conservação da biodiversidade. Ademais, essas unidades são importantes por contribuírem diretamente para a manutenção do patrimônio natural do município, incentivo às pesquisas científicas, educação e informação ambiental, preservação das espécies e da diversidade genética.

A criação da unidade de conservação proposta representará uma oportunidade de consolidação dessa modalidade de preservação dos recursos naturais, e recreação. Será incentivado o encontro equilibrado e seguro do homem com a natureza, seja para os que curtem a contemplação e

admiração, como também para os que fazem desse encontro uma filosofia de vida, dentro das suas mais variadas vertentes (lazer, turismo ou atividades físicas), o que leva a ampliar ainda mais a importância da criação da unidade de conservação para comunidade local.

A criação e implementação da UC pode viabilizar a captação de recursos e facilitar sua utilização para fins de interesse público e coletivo. É o caso do Icms Ecológico – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – este é um recurso utilizado pelo governo como incentivo às atividades de preservação ambiental. O intuito é beneficiar os municípios vinculados à existência das UCs. A proposta é que 15% do valor que é repassado ao Estado seja redistribuído para os municípios que obtiverem resultados positivos, em forma de ações ligadas ao meio ambiente.

5. DIRETRIZES PARA IMPLANTAÇÃO

A unidade de conservação a ser criada terá uma unidade administrativa do Poder Executivo do Município de Palmeirópolis, com a gestão vinculada à Secretaria Municipal de Recursos Hídricos e Meio Ambiente. A sede da unidade de conservação, no momento, será na Rua 05, nº 173, Centro, Palmeirópolis-TO. Será necessário um quadro de profissionais capacitados para seu processo de implantação e gestão – atividades de educação e comunicação ambiental, manutenção e limpeza, entre outras especificadas no Plano de Manejo.

Dentre as principais estratégias, destaca-se a estruturação e o ordenamento da visitação, a formulação de parcerias com instituições locais, para elaboração dos primeiros projetos de recuperação ambiental, educação ambiental, entre outros. No que tange à esfera municipal, quanto ao possível suporte financeiro à UC, é interessante usar o repasse do ICMS Ecológico para custear o processo de gestão – atividades de educação e comunicação

ambiental, manutenção e limpeza, entre outras especificadas no Plano de Manejo da UC.

Outra importante estratégia é a estruturação da visitação e sustentabilidade econômica das UCs administradas pela Prefeitura Municipal, que tem por objetivo incrementar a gestão da visitação, para a melhoria da qualidade do uso público e desenvolvimento da sustentabilidade econômica nas unidades de conservação

É de fundamental importância a elaboração do Plano de Manejo da futura Unidade de Conservação, tal plano é o documento oficial de planejamento das unidades de conservação, portanto todas devem possuí-lo. Esse documento técnico deverá ser fundamentado nos objetivos gerais da unidade de conservação, no qual se estabelecerá o zoneamento, as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área em que se pretende criar a unidade de conservação no município de Palmeirópolis, possui relevância para a conservação, uma vez que está inserido na Microbacia do Córrego Mucambinho, uma das principais fontes que abastecem a cidade, bem como abriga espécies da flora (algumas endêmicas), e da fauna.

No entanto, a área carece de estudos mais aprofundados, tais como pesquisas sobre a fauna e flora, para que se possa compreender melhor, e saber se existem, de fato, espécies endêmicas e/ou ameaçadas de extinção na área. Tais pesquisas irão promover um manejo adequado da unidade de conservação, nortear a possibilidade de recuperação da Mata Ciliar e Cerrado no entorno da área.

Portanto, a proteção legal da área em estudo é de suma importância, e a criação da unidade poderá contribuir com a proteção do ecossistema local, além de reforçar as políticas de conservação regional, podendo promover a conectividade entre as unidades de conservação existentes na região. Paralelamente, a criação da unidade de conservação irá fomentar a pesquisa e a educação ambiental, além de regular e disciplinar o uso da área.

Por fim, cabe mencionar que para o município de Palmeirópolis, a criação da nova unidade representa uma maior participação da prefeitura junto às políticas de conservação do Cerrado, fortalecendo assim, o grupo de instituições envolvidas com a proteção desse bioma, ampliando dessa forma os retornos ecológicos dessa política.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. Brasília: MMA, 2011. 76 p.

BRASIL. Governo do Brasil. Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm Acesso em 03 de fevereiro de 2016.

BRASIL. Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6938.htm>. Acesso em: 15 fevereiro de 2016.

BRASIL. Lei nº 1.560, de 5 de abril de 2005. Institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação da Natureza – SEUC, e adota outras providências. Disponível em: <<https://central3.to.gov.br/PDF>>. Acesso em: 15 fevereiro de 2016.

OLIVEIRA, João Carlos Costa. Roteiro para criação de unidades de conservação municipais / João Carlos Costa Oliveira, José Henrique Cerqueira Barbosa. – Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2010.